



DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
GERENCIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da Audiência Pública da 20^a Comissão de Direito da Criança, do Adolescente e do Idoso - COMDCAI, realizada no dia 04 de novembro de 2025.

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, no Plenário da Câmara Municipal de Manaus, realizou-se Audiência Pública da Comissão de Direito da Criança, do Adolescente e do Idoso – COMDCAI, sob a presidência do vereador Raiff Matos (PL), que iniciou os trabalhos agradecendo a presença dos convidados, dos parlamentares membros da COMDCAI, vereadores titular Capitão Carpê (PL) e suplente Ivo Neto (PMB), e de todos os presentes, ressaltando a relevância do tema e a importância da união de esforços pela garantia dos direitos da infância e juventude. Compuseram a Mesa: Dra. Ynna Breves Maia Veloso, promotora de Justiça da 28^a Promotoria da Infância e Juventude; Dra. Mayara Magno, delegada da Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente; Dr. Nildo Melo, subsecretário operacional e de gestão da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC); Sr. Afonso Gregório, diretor de planejamento da SEMASC; Sra. Val Dias, conselheira tutelar da zona Centro-Oeste; Sr. Henrique Rosário, coordenador do Abrigo Monte Salém; e Sr. Francisco Baiman, diretor do Abrigo Moacyr Alves. O presidente, vereador Raiff Matos, destacou que a audiência pública foi deliberada após reunião extraordinária da COMDCAI, motivada por manifestação da 28^a Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, que identificou lacunas relevantes na proteção especial, especialmente nos serviços de acolhimento institucional e na política de família acolhedora. Explicou que, embora a Constituição Federal determine a prioridade absoluta à criança e ao adolescente, o que se observa na prática é o distanciamento entre o que a lei estabelece e o que é executado no orçamento municipal. Segundo apontamento encaminhado pelo Ministério Público Estadual, a Lei Orçamentária Anual de 2025 destinou à SEMASC o montante de R\$ 118,7 milhões, dos quais apenas R\$ 1,6 milhão foi reservado para o atendimento de pessoas com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, incluindo o acolhimento institucional de crianças e adolescentes. O presidente observou que, sem recursos públicos, não há políticas públicas e, sem estas, não se asseguram direitos fundamentais. O vereador mencionou ainda que a rede de acolhimento institucional opera com sobrecarga e depende de emendas parlamentares pontuais, sem garantias de continuidade, planejamento técnico ou rubricas específicas. Citou exemplos de municípios como Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba e Recife, que destinam entre 20% e 25% de seus orçamentos a políticas voltadas à infância e juventude, com rubricas específicas para acolhimento institucional. Em contraste, Manaus não apresentaria rubrica específica nem para acolhimento institucional nem para o programa de família acolhedora. O vereador Raiff Matos enfatizou que a Lei Orçamentária de 2025 destinou apenas 1,59% do orçamento





DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
GERENCIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

municipal à função Assistência Social, e que, para 2026, embora o percentual tenha aumentado para 1,70% (R\$ 152,9 milhões), o avanço ainda é insuficiente diante da complexidade das demandas e da sobrecarga da rede. Em seguida, o presidente concedeu a palavra à promotora Dra. Ynna Breves Maia Veloso, que ressaltou que o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente não é uma escolha política ou moral, mas uma obrigação constitucional expressa no artigo 227 da Constituição Federal e no artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente. A promotora observou que o orçamento municipal carece de rubricas específicas voltadas à primeira infância, à proteção integral e, de forma mais grave, ao acolhimento institucional, serviço essencial e obrigatório previsto no ECA e nas normas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A promotora afirmou que “o orçamento não enxerga as crianças de Manaus”, e quando o orçamento não as enxerga, a política pública não as alcança, resultando num ciclo perverso. Destacou a falta de recursos para o fortalecimento dos conselhos tutelares, a manutenção dos abrigos, a ampliação dos serviços de acolhimento e os programas de prevenção à violência, apoio às famílias e educação inclusiva. Apontou ainda a ausência de diagnósticos atualizados sobre a infância e juventude em vulnerabilidade: não se sabe quantas vagas seriam necessárias no acolhimento, quantas crianças aguardam atendimento psicológico ou psiquiátrico, nem quantas estariam fora da escola. Para ela, sem diagnóstico, o orçamento seria adivinhação, e planejar sem dados é navegar sem bússola. A cidade estaria à deriva. A promotora informou que atualmente apenas sete organizações da sociedade civil executam o acolhimento institucional em Manaus, com custo anual de R\$ 8.146.530,30 e capacidade de 120 vagas. Outras duas instituições realizariam acolhimento com recursos ainda não consolidados. Diante disso, a previsão orçamentária de R\$ 3 milhões para 2026 seria insuficiente até mesmo para a manutenção do serviço existente. Concluiu reafirmando que o Ministério Público não estava ali apenas para apontar falhas, mas para construir soluções conjuntas. O orçamento, segundo ela, seria o espelho das escolhas políticas, e hoje o espelho de Manaus não mostra suas crianças, destacou, encerrando sua fala com o convite para que os vereadores tratem o orçamento da infância e adolescência como o coração do orçamento municipal. Em seguida, a delegada Dra. Mayara Magno destacou a urgência de ações concretas e políticas públicas contínuas para a proteção integral das crianças e adolescentes, afirmando que não se trata de um tema de conveniência, mas de uma emergência social e moral. Reforçou que a violência e o abandono infantil seriam realidades cotidianas na cidade de Manaus, e que o poder público precisa assumir uma postura efetiva e sensível frente a essas violações. O subsecretário operacional da SEMASC, Dr. Nildo Melo, solicitou a palavra para uma exposição técnica e convidou o diretor de planejamento, Sr. Afonso Gregório, a apresentar dados referentes ao orçamento da secretaria voltado à infância e adolescência. O Sr. Afonso Gregório informou que, para 2025, o orçamento para criança e adolescente da SEMASC é de R\$ 72.298.000, o que representa 60,9% do total da pasta (R\$ 118.708.000). Para 2026, o orçamento subirá para R\$ 100.413.000 dentro de R\$ 155.156.000, com impacto de 64,72% e crescimento de 38,89% em relação ao ano





DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
GERENCIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

anterior. Além disso, a secretaria gerirá o programa “Leite em Casa”, com R\$ 10 milhões voltados à primeira infância. A conselheira tutelar Val Dias relatou as dificuldades enfrentadas nos conselhos tutelares, mencionando a sobrecarga e a falta de integração entre as secretarias, pedindo maior presença dos vereadores nas pautas da infância. O coordenador do Abrigo Monte Salém, Sr. Henrique Rosário, e o diretor do Abrigo Moacyr Alves, Sr. Francisco Baiman, também se manifestaram, destacando a importância dos serviços de acolhimento e a necessidade de estrutura e financiamento adequados, principalmente no atendimento de crianças com deficiências graves. O vereador Capitão Carpê (PL) fez uso da palavra com um discurso contundente sobre a necessidade de priorizar o acolhimento e a proteção à infância, criticando o baixo investimento municipal e anunciando emenda à LOA para transferir R\$ 10 milhões da comunicação institucional para a SEMASC. O vereador Ivo Neto (PMB), suplente da COMDCAI, relatou sua experiência como ex-conselheiro tutelar e cobrou da SEMASC a execução das reformas dos prédios dos conselhos tutelares e a realização de novo concurso público para suprir o déficit de servidores. Em resposta, o subsecretário Nildo Melo confirmou que as reformas estariam em andamento e que haveria planejamento de novo concurso pela SEMAD. O presidente abriu a palavra para as entidades civis. O Sr. Berry Wall, presidente do abrigo O Coração do Pai, relatou a falta de vagas e o atraso nos repasses, propondo atualização automática dos valores conforme a inflação e continuidade dos pagamentos entre os termos de fomento. O subsecretário Nildo Melo esclareceu que não haveria descontinuidade de repasses por parte da Prefeitura e os contratos são renovados de forma contínua. O diretor do Abrigo Moacyr Alves, Sr. Francisco Baiman, reforçou a necessidade de garantir a continuidade dos acolhimentos, sugerindo a adoção de modelo de dispensa de licitação para serviços de natureza ininterrupta. O Sr. Cleslley Rodrigues, representante do Lar Batista Janell Doyle, destacou os avanços obtidos com o programa Família Acolhedora, ressaltando que o acolhimento familiar é a política mais humana e efetiva para o desenvolvimento infantil. Sugeriu ainda a isenção de IPTU às famílias acolhedoras, como incentivo ao serviço. A Sra. Lorena Barreto, diretora de área do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), relatou a falta de repasses estaduais desde 2022 e defendeu maior participação dos vereadores por meio de emendas voltadas à infância. Destacou que Manaus absorve demandas de municípios vizinhos e que o fortalecimento do SUAS depende de cooperação intermunicipal. Encerrando os trabalhos, o presidente Raiff Matos agradeceu a presença de todos, ressaltando que a audiência cumpriu seu objetivo de promover um diálogo franco e construtivo sobre o fortalecimento da rede de proteção à infância e adolescência. Reafirmou a importância da COMDCAI encaminhar as propostas apresentadas à Lei Orçamentária e ao Plano Municipal de Assistência Social. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a audiência às dezesseis horas e trinta minutos. E para que conste eu, Liege Albuquerque, redatoria, lavrei a presente Ata que, depois de lida, discutida, votada e aprovada, foi assinada pelos membros presentes.





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
GERENCIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Ver. Raiff Matos (PL)
Presidente

Ver. Capitão Carpê (PL)
Titular

Ver Ivo Neto (PMB)
Suplente



Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 - São
Raimundo Manaus - AM | 69029-120
Tel.: 3303-2929
www.cmm.am.gov.br





PODER LEGISLATIVO

ASSINATURAS DIGITAIS

RAIFF MATOS SILVA VASCONCELOS - 517.937.762-53 - VEREADOR(A) - EM 10/11/2025 11:44:49
IVO SANTOS DA SILVA NETO - 516.531.682-34 - VEREADOR(A) - EM 10/11/2025 11:40:56
FRANCISCO CARPEGIANE VERAS DE ANDRADE - 715.424.852-15 - VEREADOR(A) - EM 10/11/2025 11:39:16
LIEGE SOCORRO ALBUQUERQUE PERES - 343.943.622-53 - ANALISTA LEGISLATIVO - AUTORIA - EM 10/11/2025 11:29:36